



EDITORIAL

A CDU TEM SOLUÇÕES PARA A CIDADE E PARA O PAÍS.

A política que PS, PSD e CDS desenvolveram e concretizaram ao longo de 39 anos constitui um fracasso e uma tragédia. É assim no País como tem sido há já vários anos na Cidade de Lisboa.

E o que alguns querem fazer crer é que não há alternativa a esta política de saque e esbulho aos trabalhadores, ao povo e ao País.

Mas a verdade é que há alternativa à política que na Cidade de Lisboa e no País empobrece os trabalhadores e o povo e engorda as já colossais fortunas dos grandes grupos económicos e financeiros.

O País e a Cidade precisam de virar a página, mas não basta mudar de governo, é preciso também mudar de política! É urgente romper com esta política. A CDU é a alternativa que coloca a força do povo como o factor determinante para romper com a política de direita e para construir a política patriótica e de esquerda, ao serviço dos trabalhadores, do povo, da Cidade e do País.

É necessário uma política que enfrente, sem hesi-

tações e com coragem, os constrangimentos resultantes da submissão externa e que inscreva como condição necessária e indispensável a renegociação da dívida e o objectivo da recuperação da soberania económica, monetária e orçamental. Uma política que assegure a elevação material das condições de vida, repondo salários e pensões de reforma roubados, que defenda o aparelho produtivo e que valorize a produção nacional e a criação de emprego; que concretize o pleno exercício das funções sociais do Estado, designadamente na saúde e na educação; que interrompa e inverta a alienação de recursos com a retoma pelo Estado do controlo público de sectores estratégicos, designadamente a banca e que execute uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e das micro, pequenas e médias empresas e tribute fortemente os rendimentos e o património do grande capital, os seus lucros e a especulação financeira.

Está nas mãos dos trabalhadores e do povo dar força, com o seu apoio e o seu voto na CDU, à ex-

igência de uma outra política que lhes devolva o direito à plena realização das suas vidas, que promova a melhoria das suas condições de vida e que afirme o seu direito soberano de decidir de acordo com os seus interesses e aspirações.

Está nas mãos dos trabalhadores e do povo abrir espaço para a construção de uma alternativa política patriótica e de esquerda.

No dia 6 de Junho, a Marcha a Força do Povo, promovida pela CDU, constituirá o espaço para fazer desembocar nele a luta pelo direito ao trabalho com direitos, em defesa dos salários, pensões e reformas, pelo acesso universal à Saúde e à Educação, em defesa da Segurança Social pública e universal e pelos Transportes públicos de qualidade. Na Marcha a Força do Povo estarão todas as justas reivindicações do nosso povo e para a qual estamos convocados para encher a Cidade de Lisboa com a confiança e a força de todos os que lutam por um Portugal com futuro.

“

A actual situação do País de declínio e desastre necessita de uma ruptura com as políticas de direita seguidas há 38 anos pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

***É necessária uma nova política e um novo Governo.
Uma Política patriótica e de Esquerda.***

”

GOVERNO PSD/CDS VENDE O PAÍS
Há soluções para uma vida melhor
 CDU - Coligação Democrática Unitária



Anos sucessivos de política de direita pelas mãos de PS, PSD e CDS arrastaram Portugal para uma situação de declínio económico, retrocesso social e dependência externa.

Bem podem PSD e PS acusar-se mutuamente sobre quem é o mais responsável. A verdade é que ora pela mão dos PEC's dos governos PS, ora pelo Pacto de Agressão que as troikas nacional e estrangeira subscreveram, e a que o Governo PSD/CDS tem dado execução, o que os trabalhadores e o povo conhecem é mais injustiças, exploração e empobrecimento, ao mesmo tempo que as grandes fortunas engrossam e os lucros e interesses do grande capital não param de ser protegidos.

O actual Governo vende tudo o que pode e à pressa, REN, Águas de Portugal, CTT, TAP e ANA, CP Carga e EMEF, e a concessão da Carris e do Metro, Soflusa e Transtejo, e agora até do Oceanário de Lisboa, nada escapa à fúria privatizadora do Governo, e à gula do Capital.

Por mais propaganda e "milagres económicos" que o governo PSD/CDS invente a realidade está à vista:

- Uma recessão económica sem precedentes;
- Uma dívida insustentável que não pára de crescer;
- Mais de 600 mil portugueses lançados na pobreza;
- Mais de 1 milhão e 200 mil desempregados;
- Negação do direito à saúde com degradação acentuada dos cuidados de saúde;
- Desvalorização continuada dos salários e reformas.

Um governo derrotado que, a caminho de se ver condenado eleitoralmente, procura desesperadamente manter-se agarrado ao poder e levar por diante no tempo o que lhe resta mais atavos aos direitos constitucionais, mais destruição dos serviços públicos e funções sociais do Estado, mais exploração e empobrecimento.



CÂMARA PS VENDE LISBOA
Há soluções para uma vida melhor
 CDU - Coligação Democrática Unitária



Em Lisboa tal como no País, PS, PSD e CDS estão unidos.

Na Cidade de Lisboa toma especial relevo a grave situação social e económica para a qual a política de direita arrastou o País. Ao invés de contrariar e combater a actual situação em que vive o povo Lisboaeta, a maioria PS na Câmara antes agravava. Viver, trabalhar e visitar a Cidade de Lisboa não é para todos. Não só se limita o acesso à habitação, pela ausência de uma política que garanta o direito à habitação e que estanque a saída de jovens da Cidade, como se aumenta o custo de vida (nomeadamente pelo aumento da factura da água e da carga fiscal) e se condiciona o acesso a automóveis anteriores a 2000 a eixos centrais da Cidade àqueles que não têm condições para os adaptar às normas impostas criando uma profunda injustiça social. PS e PSD aprovaram a reforma administrativa e transferência de competências, equipamentos e trabalhadores para as Juntas de Freguesia que se traduziu no descontentamento dos trabalhadores e numa maior ineficácia na gestão dos serviços às populações.

A maioria PS na Câmara Municipal prossegue a venda de Lisboa. Seja pelo total de €66.399.000,00 já ob-

tido em venda de património, dos quais a maior parte do valor arrematado são relativos a património de imenso valor estratégico para o Município, como o são os terrenos de Alcântara, os terrenos do Quartel dos Bombeiros do Colombo, o Museu do Bombeiro ou o Palácio Marquês de Tancos. Seja pela concessão de importantes áreas do Monsanto a negócios privados que impossibilitam o acesso e a usufruto de um espaço público de excelência como o é o Parque Florestal do Monsanto. Foi a venda dos terrenos da ANA para permitir a privatização pelo Governo do PSD/CDS.

Fazendo aprovar o Plano Director Municipal (PDM) à medida dos negócios e da especulação imobiliária, o PS tem permitido a alteração de usos e contribuído significativamente para a desertificação de uma parte da Cidade, em especial na baixa pombalina, ao transformar prédios de habitação em hotéis e para outros usos que não o da habitação, ou abrindo o caminho para o desígnio do governo PSD/CDS da venda de equipamentos públicos, tais como os Hospitais da Colina de Santana ou o Estabelecimento Prisional de Lisboa. Tal como o governo PSD/CDP-PP vende o País, a maioria PS na Câmara vende Lisboa.



A CDU É A ALTERNATIVA QUE EXISTE!

A actual situação do País de declínio e desastre necessita de uma ruptura com as políticas de direita seguidas há 38 anos pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS. É necessária uma nova política e um novo Governo. Uma Política patriótica e de Esquerda.

A CDU apresenta propostas e soluções para uma vida melhor assente em seis opções fundamentais:

- A renegociação da dívida nos seus montantes, juros, prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;
- A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;
- A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;
- Uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm;
- Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;
- A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

**HÁ SOLUÇÕES PARA
 UMA VIDA MELHOR!**

A CDU assume-se como a alternativa necessária às políticas de retrocesso social, de destruição dos serviços públicos e transformação da Cidade numa mera oportunidade de negócios. A CDU vem assumindo ao longo deste mandato acções e propostas visando uma Cidade que crie emprego, retome a sua vocação produtiva, responda às necessidades de habitação, rejuvenescimento, mobilidade e ao mesmo tempo combata as políticas destruidoras do aparelho produtivo nacional e o empobrecimento do país. A CDU propõe:

- Dar primazia ao interesse público sobre os interesses privados;
- Desenvolver a Cidade de modo a atrair empresas que criem emprego, defendendo o comércio local e tradicional;
- Dar prioridade absoluta ao transporte público, com qualidade, cobrindo toda a extensão da cidade, a preços sociais e com aplicação dos passes sociais multimodais em todos os modos de transporte;
- Definir políticas habitacionais que, respondendo aos problemas dos Bairros Municipais, ajudem a atrair mais população para Lisboa e a estancar a saída dos jovens;
- Desenvolver políticas ambientais sustentáveis que tenham em conta a eficiência energética; a qualidade do ar e o ruído, a manutenção, preservação e expansão dos espaços verdes da Cidade;
- Melhorar os serviços públicos na Cidade, sejam os prestados pelo Município, sejam os da responsabilidade da Administração Central do Estado;
- Exigir do Governo uma presença da PSP na Cidade, com um efectivo policiamento de proximidade, com o aumento dos meios inerentes;
- Definir e implementar uma política cultural e desportiva que envolva o Movimento Associativo Popular e outros agentes culturais, apoiando e incentivando o desenvolvimento da sua actividade;
- Investir nos trabalhadores da CML, como condição indispensável para a melhoria dos serviços e da qualidade de vida em Lisboa;

As propostas da CDU para Lisboa não estão desligadas das propostas da CDU para uma política patriótica e de esquerda e são a afirmação da política que serve os interesses dos lisboetas, do povo português, da Cidade de Lisboa e do País.



PÚBLICO É DE TODOS! PRIVADO SÓ DE ALGUNS.

Tiremos as raposas da TAP!



Deixamos aqui alguns factos, para o leitor reflectir:

- A TAP não recebe qualquer capital do seu accionista, o Estado, desde 1997, por força das imposições europeias e por ser uma empresa pública. E no entanto, a maioria dos portugueses está convencida do contrário! Para o BPN o Estado foi autorizado a gastar 6 mil milhões e para o BES deve ir outro tanto. Mas como são bancos e são privados, já se podem capitalizar!
- A TAP é o maior exportador nacional - mais de dois mil milhões de euros de vendas por ano ao estrangeiro - e por esse facto nada recebe de apoios pois é uma empresa pública. A Autoeuropa, que pertence a uma multinacional, recebe apoios regulares do Estado Português para «estimular as exportações».
- A TAP tem que recorrer ao Deutsche Bank para as suas operações financeiras e paga um juro bem alto. A CGD, banco

público, é o assessor financeiro do capitalista colombiano que quer comprar a TAP.

- A TAP não recebe apoios às rotas que tem e servem interesses estratégicos do país e das comunidades emigrantes. Mas há dinheiro público para apoiar todas as novas rotas abertas pelas concorrentes da TAP.
- O Governo faz campanha sistemática contra a TAP, apesar de ser a empresa que mais contribui para o Orçamento de Estado: são mais de 100 milhões de IRS por ano, outro tanto de Segurança Social e os tais milhares de milhões de receitas indirectas de que o Governo tanto fala... quando há greve. E uma última nota: O quadro acima descrito parece o de um mundo de pernas para o ar, certo? O governo a financiar o privado e a prejudicar o público. Ao contrário do que seria normal. Pois é. Mas é que está mesmo de pernas para o ar, com as raposas a gerir os galinheiros. Está na altura de mudar!



Não à privatização da Carris e do Metro

O ataque à Carris e ao Metro começou com os sucessivos PEC e o Pacto de Agressão, assinado pela troica nacional (PS, PSD e CDS) e a troica estrangeira, durante estes últimos 5 anos, congelaram e reduziram brutalmente os salários dos trabalhadores, aumentaram brutalmente os preços pagos pelos utentes, reduziram a oferta (mais tempo de espera, corte e encurtamento de carreiras), reduziram as despesas de manutenção pondo em causa as normais condições de segurança.

Todas estas medidas tinham em vista o passo seguinte: a entrega de um serviço aos privados para eles fazerem mais lucros.

E o Governo decide a subconcessão da Carris e do Metro. Antes de ser concessionada a Carris vê os eléctricos, os ascensores e elevadores serem retirados do serviço de passageiros e serem vendidos junto com a Carristur para servir apenas os turistas, e com preços de turista.

Entretanto, o caderno de Encargos da exploração comercial do Metro e da Carris é um verdadeiro escândalo! Um negócio lesivo para o Estado (ou seja os impostos dos trabalhadores e do povo) e uma galinha dos ovos de ouro para os privados que ficam com a subconcessão.

Os privados a quem se entregar a Carris e o Metro ficarão com 50% da receita de bilheteira (cerca de 87,7 milhões de euros anuais) mais 132,1 milhões euros de participação fixa anual, mais as receitas de publicidade (actualmente cerca de 15 milhões de euros anuais). Além de receberem estes mais de 230 milhões de euros todos os anos, ainda recebem para usar gratuitamente todos os autocarros da Carris e comboios do Metro, as centrais de Miraflores, Musgueira, Pontinha e Cabo Ruivo e os PMO do Metro da Pontinha e Calvanas.

A CDU rejeita e opõem-se a este ruinoso negócio para o País, que não serve os interesses dos utentes e, apenas tem o objectivo de transferir milhões de euros públicos para os privados.

Este vergonhoso negócio tem e pode ser parado!

Defendemos um serviço público da Carris que sirva as populações, que passa pelas seguintes medidas:

- **Suspensão imediata do processo de subconcessão.**
- **Reposição das carreiras entretanto cortadas.**
- **Reposição dos percursos reduzidos.**
- **Reposição da frequência de autocarros, eléctrico e comboios do Metro.**
- **Manutenção imediata dos eléctricos e elevadores à Carris.**



Não à privatização do Oceanário

O Oceanário de Lisboa é um dos maiores aquários públicos do mundo, considerado a melhor atracção da Europa e a segunda melhor do mundo na categoria de aquários. O Oceanário promove, desenvolve e executa um conjunto muito abrangente de actividades associadas ao campo da biologia marinha e ciências do mar, fundamental também para o sistema educativo.

Presta um serviço público de grande importância para a Cidade de Lisboa e para o País. O Governo PSD/CDS ao concessionar o Oceanário, está na realidade a transferir 1 milhão de euros anuais para os bolsos dos privados.

A CDU manifesta a sua firme oposição ao processo de concessão do Oceanário de Lisboa e exige que este se matenha público e ao serviço dos interesses da Cidade de Lisboa e do País, e não ao serviço da sede de lucros de grupos privados.



Monsanto é do Povo Não à Concessão

A concessão pela Câmara Municipal de Lisboa a privados de edifícios e espaços no Parque Florestal de Monsanto vêm confirmar, mais uma vez, que a cidade está à venda. Tal como o Governo PSD/CDS vende o País, a Câmara/PS vende a Cidade de Lisboa.

Em causa está a entrega do Moínho do Penedo, e os respectivos campos de basquetebol anexos, da Casa do Presidente e as antigas casas de função a uma empresa

privada para exploração turística - curiosamente, a mesma a quem deram a gestão do Mercado de Campo de Ourique - e ainda a instalação de um hotel com 46 quartos e 9 bungalows na Qt. Pimenteira.

Estes espaços servem os Lisboetas, que ali se deslocam para passear e para fazer desporto, bem como muitos milhares de visitantes da nossa cidade que procuram no Parque Florestal de Monsanto momentos de lazer. Estas decisões foram alvo de duas propostas da Câmara Municipal e ambas apenas contaram com o voto contra dos Vereadores eleitos pela CDU.

A CDU defende que estes espaços sejam públicos e utilizados para a promoção e o apoio ao uso dos espaços verdes da cidade pelos seus habitantes e a prática desportiva e que deve a Câmara dotar aqueles espaços e equipamentos de melhores condições. A CDU rejeita e combaterá esta entrega aos privados para receberem chorudos lucros com a gestão de espaços que são públicos.

NAS EMPRESAS DE LISBOA, TRABALHADORES LUTAM CONTRA A EXPLORAÇÃO

Na cidade de Lisboa como no país, os sucessivos Governos PS, PSD e CDS têm prosseguido a sua política de destruição do aparelho produtivo nacional através de um criminoso plano de privatizações que continua a transferir para o capital, nacional e internacional, empresas, infra-estruturas e serviços públicos fundamentais para o país.

Na cidade de Lisboa como no país, a precarização do emprego e o aumento da exploração dos trabalhadores, facilitando e embaratecendo os despedimentos, nomeadamente através de alterações da legislação laboral ou do seu não cumprimento, são uma realidade clara e que é sentida na pele pela esmagadora maioria dos trabalhadores. Muitos trabalhadores com direitos consagrados por lei ou contratação estão a ser despedidos, ou obrigados a rescindir os seus contratos, e até obrigados a assinar novos contratos espoliados desses direitos, sob ameaça de despedimento.

O trabalho juvenil é praticamente todo sujeito a vínculos de trabalho precário, mesmo em postos de trabalho permanentes, sob a condição de falso prestador de serviços, ou a trabalhar sem qualquer contrato ou remuneração, enquanto estagiários ou voluntários.

As empresas de aluguer de mão-de-obra, ou trabalho temporário funcionam como entrepostos de força de trabalho e têm por sua conta milhares de trabalhadores.

A organização do tempo de trabalho com horários excessivamente longos, muitas vezes sem tempo para refeições e outras necessidades, os horários desarticulados que alongam o tempo do trabalhador à disposição do patrão, as cargas violentas de trabalho extenuante, os salários baixos que obrigam a duplo e triplo emprego, a repressão, a instabilidade do posto de trabalho e do vínculo legal às empresas, são uma realidade na nossa cidade. Quem trabalha no comércio retalhista na cidade de Lisboa tem o salário congelado desde 2008.

Os trabalhadores do comércio e serviços representam, em Lisboa, 89% da população empregada, estando a maior fatia ligada ao comércio por grosso e a retalho.

Nos supermercados, hipermercados, armazéns, logísticas da grande distribuição e lojas especializadas, muitos trabalhadores estão saturados, descontentes com as exigências crescentes das empresas, com baixos salários e horários desumanos e a Associação das Empresas da Distribuição ainda pretende introduzir mudanças diárias de horários e cortar o valor do pagamento por trabalho em dia feriado e de descanso e em trabalho suplementar, reduzindo salários por essa via.

Nos serviços o mesmo cenário, os baixos salários e o uso abusivo dos recibos verdes.

Na INCM a Administração pretende rever o acordo de empresa introduzindo o banco de horas e a mobilidade geográfica sem mexer nos salários, reduzir os serviços sociais e foi implementado o sistema de avaliação de desempenho. A INCM pagou 60 mil euros a uma empresa privada para desenvolver a avaliação e por essa via deslocar trabalhadores e compelir outros à reforma.

Com a extinção da OGFE e OGMEe mais recentemente da Manutenção Militar e a criação de EPEs no seu lugar colocaram-se 85 trabalhadores da OGFE na requalificação e degradaram-se serviços. Com a sua luta estes trabalhadores conseguiram o reconhecimento do vínculo público, ainda assim apenas a partir de 2013 e o cenário próximo para estes trabalhadores é o despedimento.

O governo reduz o número de trabalhadores em funções públicas enfraquecendo a qualidade dos serviços públicos e a capacidade de resposta às populações, a governação do PS na Cidade tem vindo a contribuir para essa redução com a eliminação de 3000 postos de trabalho na autarquia, ao mesmo tempo que, tal como o governo, contrata recibos verdes e desempregados do regime de contrato de emprego e inserção.

No Município de Lisboa, com a Reforma Administrativa levada a cabo pelo executivo PS, cresceu a precariedade na prestação laboral, assim como a perda de direitos e rendimentos dos trabalhadores transferidos da CML para as Juntas de freguesia.

Os trabalhadores do Município conscientes de que é necessário por cobro ao desmantelamento do serviço público, estão empenhados na luta pela defesa dos seus postos de trabalho, por melhores condições de trabalho, pela manutenção horário semanal de 35 horas, pela implementação de uma alternativa política e duma política alternativa para o nosso País.

No quadro desta política de classe e da propaganda ideológica, o Governo PSD / CDS-PP, tal como os anteriores do PS, pretende obrigar os trabalhadores a pagar a provocada crise, avançando, ainda, com o roubo nos subsídios de Natal e de férias. Estas medidas reduzem drasticamente as condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, bem como o consumo interno, levando à falência das empresas, aumentando o desemprego e lançando a economia na recessão e o povo na miséria, fomentando uma maior dependência externa.

Os trabalhadores da cidade de Lisboa, com a sua luta combativa e determinada, nas empresas, nas manifestações de rua, nas greves, têm dado resposta à ofensiva da política de direita executada pelos governos PS, PSD com ou sem CDS, ao serviço do grande Capital.

Na cidade de Lisboa, como no país, é preciso derrotar esta política de direita.

Na cidade de Lisboa, como no país, é possível mudar o rumo de Portugal, é possível uma política patriótica e de esquerda que devolva aos trabalhadores e ao país a confiança e a esperança no futuro.



Juntem-se a nós na Marcha Nacional “A Força do Povo” do próximo dia 6 de Junho, do Marquês do Pombal para os Restauradores, pela libertação e dignidade nacional, por uma política patriótica e de esquerda ao serviço do Povo e do País.

Uma marcha que será uma forte afirmação de exigência de um outro caminho e expressiva manifestação de confiança dos trabalhadores, dos democratas, dos patriotas, do nosso povo na sua luta e na possibilidade de uma alternativa à política de declínio nacional.

Perante a situação do Povo e do País, não nos conformamos, não desistimos, afirmamos uma posição clara: Basta! Basta de exploração, basta de empobrecimento, basta de corrupção, basta de dependência. Assumimos com confiança o projecto de libertação, de dignidade, de desenvolvimento e de soberania para Portugal.

Temos soluções para uma vida melhor!